

O MAR QUE NOS FORMOU. O MAR QUE NOS UNE

NUNO VIEIRA MATIAS

Almirante

Presidente da Academia de Marinha

A origem da Nação portuguesa tem no mar uma das primeiras causas da sua consolidação. Depois, a seguir, Portugal deve aos oceanos o motivo da sua expansão universalista. Hoje, vai ter de continuar a retirar deles a força e a identidade que o forjaram e temperaram, ao longo de quase nove séculos de existência. O mar poderá, terá de ser, também um potenciador pujante da economia portuguesa. Contudo, exige, igualmente, atenções de segurança colectiva, incluindo a da população, dos bens e do ambiente.

Estes pontos constituem um conjunto de razões entrelaçadas pela história, em que vale a pena reflectir. É uma reflexão que merece seguramente dimensões vastas, profundidade e abertura, pelo interesse prospectivo de que se reveste. Naturalmente, por motivos evidentes, apenas começarei hoje a aflorar alguns desses aspectos. Prometo, no entanto, dar continuidade ao tema no dia 19 de Junho na sessão de encerramento do Curso de Verão.

Na fase de formação de Portugal, no século XII, a população do reino em nascimento é apontada, normalmente, como essencialmente agrária, com franjas dedicadas à pesca e ao comércio e, como tal, sem distinção do seu vizinho que justificasse o traçado da fronteira a Leste. Trata-se de um conceito que, sem suscitar uma oposição frontal, merece uma interpretação clarificadora.

De facto, o mar começou, mesmo antes dessa altura, a exercer os seus efeitos sobre as gentes do futuro Condado Portucalense. As que se dedicavam à agricultura perceberam que é perto da costa e dos rios que se encontram as melhores condições de clima para essa actividade, devido às temperaturas amenas que o mar propicia e à humidade e à chuva transportadas pelos ventos marítimos que sopram quase todo o ano. Na verdade, a superfície do mar mantém uma temperatura normalmente acima dos 15º C, o que evita frios intensos na faixa costeira, inibidores de muitas culturas. São factos que mesmo para a população do arado constituíram motivo de atracção pela proximidade do mar. Este deu também origem a uma comunidade de pescadores que cedo descobriu a importância do alimento que podia retirar das águas, assim como motivou os mercadores a instalarem-se perto dele e, sobretudo, nas áreas dos portos mais abrigados.

No início, o pequeno território apenas dispunha na Foz do Douro de um porto frequentado por embarcações provenientes de paragens distantes, mas depois, com o avanço da reconquista cristã, as fozes do Tejo e do Sado e a baía de Lagos juntaram-se ao Douro, na múltipla função de locais de refúgio do mau tempo, fontes de apoio logístico e entrepostos de trocas comerciais. Isto é, o território que viria a ser Portugal e que fora referido em 561 por Lucrecio, Bispo de Braga, no concílio realizado nessa cidade, como “no próprio extremo do mundo” e “nas regiões mais longínquas da província da Hispânia”, teve o seu

isolamento de “finisterra” quebrado pelo contacto com marinheiros de outros povos que por aqui iam passando, tais como os Fenícios, sobretudo no Sul, Gregos, Romanos, Normandos, Árabes, Genoveses, etc.

Apesar destes factores que influenciaram positivamente o tropismo das populações pela faixa costeira, outra circunstância houve que teve sinal negativo. Foi a insegurança provocada pelas incursões de navios das mais diversas origens, que praticavam actos violentos, aproveitando as sempre abertas portas da fachada atlântica. A atenuação desta dificuldade começou a ser conseguida com a reconquista cristã, pela utilização, de D. Afonso Henriques a D. Afonso III, dos navios dos Cruzados que acompanharam a progressão militar portuguesa para sul e apoiaram as conquistas de Lisboa, Alcácer, Silves, etc., até ao final da tomada do Algarve, em 1249. Curiosamente, esta conjunção de esforços, no mar e em terra, facilitou o avanço mais rápido dos Cristãos na faixa costeira do que no interior da Península, onde o último baluarte muçulmano, Córdova, só cairia 242 anos depois daquela data.

Pode-se, assim, atribuir valor ao mar na génese da Nação portuguesa pela forte atracção que exerceu sobre as populações agrícolas, concentradas junto à costa, pelas actividades de pesca e de comércio que possibilitou, pela quebra de isolamento que originou, pelo desenvolvimento cultural que induziu e pelo favorecimento que fez ao avanço da reconquista cristã.

O mar ficou, assim, como marca original, genética, indelével, no país acabado de criar, Portugal, referido, na expressão feliz de Oliveira Martins, como “ *um anfiteatro levantado em frente do Atlântico, que é uma arena. A vastidão do circo desafia e provoca tentações nos espectadores, arrastando-os afinal à laboriosa empresa das navegações...*”

Para essa empresa muitas causas poderão ter contribuído, mas nenhuma terá sido, certamente, tão forte como a localização geográfica, directamente apoiada na curiosidade científica e na coragem dos Portugueses de então.

O “anfiteatro” português, isolado no “finisterra” da Euro-Ásia, dispunha de um horizonte difícil no seu lado tardoz. Difícil, pela distância agreste a percorrer até aos principais centros urbanos do Continente europeu e, mais difícil ainda, “ quando à Europa humilhada o castelhano impõe a lei com a espada e o mosquete”, repetindo Oliveira Martins. Aparentemente entalados entre a espada castelhana e a parede do mar, os Portugueses não se furtaram a enfrentar com coragem bem sucedida o aço toledano, quando necessário, mas, por opção estratégica, decidiram derrubar os obstáculos do mar, provenientes de lendas de caudal crescente, desde a fonte bíblica até aos fantasmas medievais, mas formados igualmente pelas barreiras da ignorância técnica e científica e pelo desconhecimento do que estaria para além do mar de que havia notícia.

A “parede” que nos separava do mar foi também ajudada a demolir pelas condições meteorológicas do nosso território, com realce para o regime de ventos, assim como pela característica morfologia da costa. Sem dúvida, que os ventos de noroeste que na Primavera e no Verão sopram bonancosos, durante a manhã e, por vezes fortes, á tarde, em toda a costa continental, a bem conhecida *nortada da Ericeira*, são como que um convite para velejar com proa nos quadrantes de sul. É como, saídas as barras dos portos, deixar-se ir na corrente do vento. Se percorrermos as listas de datas de largada das expedições marítimas dos nossos antepassados, será evidente que era a partir de Março que os navios saíam em faina, barra fora.

Por outro lado, a costa continental portuguesa é limpa de baixios, é batida por uma água mexida, às vezes dura, própria para marinheiros viris, mas tem carácter leal porque não esconde escolhos ou recifes traiçoeiros. Os portos e abrigos do lado oeste não são muito numerosos, mas a qualidade náutica do estuário do Tejo e o abrigo da baía de Lagos compensam o reduzido recorte da costa. Podemos dizer, hoje, que a orientação da costa e a dos ventos, em metade do ano, as águas de fundos irrestritos e a vontade corajosa e curiosa de “conquistar a distância” formaram a rampa de lançamento da nossa expansão multi-continental.

Porém, a coragem de partir implicava também a ousadia de ser capaz de voltar. Mas como voltar, se à vinda o vento soprava quase sempre contrário e, quando pudesse ser a favor, no Inverno, crescia frequentemente a tempestuoso, capaz de *ensacar* os navios e de os atirar para cima de terra? A curiosidade técnica e a estrutura científica criada pelos Portugueses deram a resposta.

Entenda-se que o marinheiro de qualquer época é, por adaptação profissional, muito curioso. A curiosidade é bem marcada quando procura nos navios e embarcações dos outros aquilo que é diferente no seu. Ciumento do que vê melhor em navio estranho, mas orgulhoso daquilo em que o seu possa ser superior, procura apreender tanto as diferenças de material, como as técnicas e os procedimentos. Não admira, por isso, que a frequência dos nossos portos por navios estrangeiros nos tenha trazido as novidades que iam aparecendo na construção naval, como, por exemplo, o leme central montado no cadaste, usado muito cedo no Báltico e na China em substituição do leme de esparrela (“steering oar”), ou as velas triangulares (hoje chamadas de latinas), empregues no Mediterrâneo e que permitiam aos navios de casco de boa finura, ou boa relação comprimento / boca, navegar até um ângulo limite de 40º a 50º entre o eixo do navio e a linha do vento. Eram os *caravos* ou caravelas (do árabe qarib)

A posição de Portugal favoreceu esses contactos com regularidade por ser quase o promontório “finisterra” da Europa, que era preciso dobrar entre o Norte e o Sul. Por outro lado, é uma situação que lhe confere um clima de influência atlântica e mediterrânea, capaz de proporcionar muitas noites de céu limpo convidativas ao estudo dos astros e que tem um regime de ventos que, sabiamente aproveitados, permitiu, mesmo às grandes naus de pano redondo, ir e voltar sempre a favor do vento. De facto, uma das grandes descobertas dos Portugueses foi a circulação do vento em torno dos anticiclones do Atlântico Norte e do Atlântico Sul. A norte, era como se, por altura dos Açores, se situasse o centro de uma enorme corrente circulatória de vento no sentido dos ponteiros do relógio que, uma vez apanhada a norte do Equador, permitia, descrevendo uma enorme rota, quase circunferência, chegar a Portugal, navegando sempre com o vento nos sectores da popa dos navios.

Os vastos conhecimentos científicos e as técnicas desenvolvidas em várias áreas do saber, a organização estabelecida, ligando cientistas, financeiros, comerciantes, marinheiros, militares, população e elites dirigentes, bem como a posição geográfica lançaram-nos mar a dentro a descobrir os caminhos para juntar oceanos, culturas e gentes. O mar da nossa geografia marcou-nos com um carácter próprio, granjeou-nos prestígio em todo o mundo, deu-nos grandeza e algum ouro e levou o Português, raça e língua, a mais três continentes fora do de berço.

Curiosamente, Portugal sentiu e viveu a importância do mar de forma muito mais marcante entre duas revoluções, a de 1383 e a de 1974, que claramente assinalaram as fases de ascensão e de declínio da maritimidade portuguesa. Esta, a de profunda queda, pode encontrar uma explicação, apenas muito parcial, na independência dos territórios ultramarinos de expressão portuguesa e na necessária adesão à União Europeia. De facto, outros factores de grande importância deveriam ter impedido uma tão brusca e gravosa recessão. É que, embora por motivos diferentes dos de ontem, o mar tem hoje e terá seguramente amanhã um valor de dimensão vital para o País, se for convenientemente utilizado.

É uma mais valia assinalável em três aspectos: na afirmação da identidade nacional, capaz de distinguir marcadamente a Nação portuguesa no seio de uma Europa sem fronteiras e de um generalizado processo de descaracterização de culturas; na contribuição para a economia nacional como um dos seus pilares fundamentais; e na segurança e defesa nacional, correlacionada com a dos nossos aliados.

Sobre a primeira questão, interessa ter presente que a soberania tradicional do Estado-Nação português, tal como de outros estados-nações, está a sofrer um acelerado processo de mudança, devido à transferência para a União Europeia de poderes de decisão, legislativos, judiciais e monetários e também por força da inevitável globalização, para a qual, de resto, os Portugueses deram forte contributo ao ligarem, no Séc. XVI, pela primeira vez, os oceanos. Acresce ainda a estes processos o facto de a enorme força da informação global simultânea, do turismo e das migrações, entre outros factores, poderem ser descaracterizadores da cultura nacional.

A compensação para estes processos tem de ser encontrada na valorização dos factores de identidade nacional, com realce para a história, a língua, a cultura e a geografia. Em todos, note-se, está omnipresente o mar, o mar que nos une. Ele é, realmente, uma presença constante para todos os Portugueses que em esmagadora maioria o têm perto de casa, na faixa litoral do Continente e nas onze ilhas atlânticas e ainda o podem ver, mais a sul, a partir do paraíso ecológico das Ilhas Selvagens. É também o meio físico que constitui o elo de ligação do nosso território, profundamente disperso num amplo triângulo atlântico. Ao mesmo tempo, confere-nos centralidade atlântica capaz de compensar a posição de periferia continental e estabelece uma via de comunicação com o resto do Mundo onde se encontram muitos dos amigos e aliados, incluindo 230 milhões de pessoas que falam o Português. O mar deve, por isso, funcionar como marcador indelével do nosso carácter, como aglutinante da nossa identidade colectiva e como potenciador do amor-próprio e do orgulho dos Portugueses.

É este mar que nos formou e nos fez grande que terá de continuar a manter-nos moralmente fortes e unidos. É o mar do futuro. É dele que vos falarei no dia 19.